**EXCELENTÍSSIMO JUÍZO DA \_\_\_ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CIDADE – ESTADO.**

**Nome, nacionalidade, estado civil, profissão, portador da CI nº, inscrito no CPF,** residente e domiciliado na **\_\_\_\_\_**\_, neste ato representado por seu advogado que esta subscreve, com endereço ao rodapé, vem respeitosamente perante Vossa Excelência propor

**AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C PERDAS E DANOS C/C TUTELA DE URGÊNCIA**

em face de **nome, qualificação, endereço**, pelas razões de fato e de direito que passa aduzir e no final requer:

**DOS FATOS**

Em que pese o autor não tenha vínculo contratual com as requeridas, as mesmas, permitiram que fossem usado os dados cadastrais por estelionatários que criaram contas em seu nome, assim a requerida... Registrou em nome do autor uma linha telefônica... Em nome do requerido.

Em razão deste fato há uma pendência de R$ 421,78 (quatrocentos e vinte e um reais e setenta e oito centavos) com a...

Desnecessário dizermos que estes débitos, embora não sejam de elevada monta, atrapalham a vida creditícia do autor que não pode efetuar compras a prazo, tampouco solicitar empréstimos por conta dos mesmos, afetando, outrossim, sua empregabilidade.

Pior que isso, o autor pretende fazer um intercâmbio de alguns anos na Austrália, país que pede, para a obtenção de vistos que os solicitantes não tenham pendências financeiras em seus países de origem.

Noutras palavras, por um total descaso por parte do consumidor, por culpa exclusiva das requeridas, o autor pode, além de ficar sem crédito, visto que o cartão... Que solicitara fora indeferido, além de ser impedido fazer a viagem que planejara.

Assim, urge a provocação do Judiciário para seja este problema resolvido.

**DO DIREITO – DA TUTELA ANTECEDENTE DE URGÊNCIA**

Os artigos 300 e seguintes do [Código de Processo Civil](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/91735/c%C3%B3digo-processo-civil-lei-5869-73) preveem que o Magistrado pode conceder a tutela de urgência nas hipóteses em que justificável a medida.

Com efeito, tratando-se de ser impossível fazer prova de fato negativo, como é o caso concreto, requer-se a tutela antecedente de urgência a fim seja determinado para as duas requeridas, sob pena de multa diária que sugere-se em R$ 300,00 ao dia, tomem medidas concretas para, no prazo de 5 dias da concessão da medida, seja descadastrado o nome do autor dos sistemas de verificação de crédito.

**DO DANO MORAL**

No caso concreto, demonstrado como de fato o está, o dano moral in re ipsa, o qual decorre tanto em razão da negativa do Cartão de Crédito Nubank, quanto, também, da negativação indevida e, considerando alguns fatores como[2]: 1) necessidade de que o dano atenda seu caráter punitivo, sendo que a..., ora requerida, tem contra si, inúmeras ações da mesma natureza (sendo importante no caso destacarmos dois casos paradigmáticos: 1)... X... (onde a requerida fora ofendida com palavras de baixo calão por uma funcionária da... E a mesma condenada em R$ 5.000,00) e o caso,... (trata-se de caso quase que idêntico ao presente, no qual a... Fora condenada pelo Magistrado do Foro de Santo Amaro a uma indenização de 100 salários-mínimos); 2) o fato do autor não ter, salvo este erro gravíssimo cometido pela..., e outro pela...[3], uma única negativação sequer em sua vida; 3) devemos considerar que a indenização postulada não tem o condão de enriquecê-lo ilicitamente, estando totalmente compatível com seu padrão intelectual/social/financeiro.

Assim, em atenção ao que diz o artigo [6º](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10607666/artigo-6-da-lei-n-8078-de-11-de-setembro-de-1990), [VI](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10607430/inciso-vi-do-artigo-6-da-lei-n-8078-de-11-de-setembro-de-1990) do [Código de Defesa do Consumidor](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/91585/c%C3%B3digo-de-defesa-do-consumidor-lei-8078-90) e do artigo [5º](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10641516/artigo-5-da-constitui%C3%A7%C3%A3o-federal-de-1988), inciso [V](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10730887/inciso-v-do-artigo-5-da-constitui%C3%A7%C3%A3o-federal-de-1988) e [X](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10730704/inciso-x-do-artigo-5-da-constitui%C3%A7%C3%A3o-federal-de-1988) da [Constituição](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/155571402/constitui%C3%A7%C3%A3o-federal-constitui%C3%A7%C3%A3o-da-republica-federativa-do-brasil-1988) da República de 1.988, requer-se seja a indenização fixada em R$ 20.102,22 (vinte mil e cento e vinte e dois reais e vinte e dois centavos).

**DOS PEDIDOS**

Assim, ante o exposto é a presente para requerer:

a) Seja concedida a liminar inaudita altera pars, para seja determinado à requerida retirar a negativação que pesa sobre o nome do requerente, no valor de R$ 421,78 (quatrocentos e vinte e um reais e setenta e oito centavos), sob pena de, em não o fazendo, arcarem com multa de R$ 300,00 por dia.

b) Sejam citadas para, querendo, impugnem a presente.

c) Seja, no mérito, confirmada a Tutela Antecedente de Urgência e seja declarada a inexigibilidade do débito de R$ 421,78 lançado contra o autor.

d) Seja a requerida condenada por danos morais em R$ 20.102,22 (vinte mil e cento e vinte e dois reais e vinte e dois centavos), bem como em custas processuais e honorários advocatícios.

e) Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em Direito Admissíveis; pugnando, desde logo, pela distribuição dinâmica do ônus da prova.

f) Dá-se para a causa o valor de R$ 20.524,00 (vinte mil e quinhentos e vinte e quatro reais).

g) Protesta por 5 dias de prazo para a juntada das custas referente a citação postal.

Nestes termos,

pede e espera deferimento.

... (Município – UF), ... (dia) de ... (mês) de ... (ano).

**ADVOGADO**

OAB n° .... - UF